

# AS OBJEÇÕES DE AGOSTINHO À POSTURA CÉTICA ACADÊMICA E A GÊNESE DO *COGITO* AGOSTINIANO

## AUGUSTINE'S OBJECTIONS TO THE SKEPTICAL ACADEMIC STANCE AND THE GENESIS OF THE AUGUSTINIAN *COGITO*

Clodoaldo da Luz<sup>1</sup>

**Resumo:** O presente artigo visa refletir sobre as objeções de Agostinho à postura cética acadêmica advogada por Arcesilau em 268 a. C. e Carnéades em 155 a. C. Tais filósofos afirmavam que o conhecimento está vedado ao homem e, deste modo, preconizavam a suspensão do assentimento. Assim, primeiramente, será apresentado semelhante posicionamento que Agostinho, no diálogo *Contra os Acadêmicos*, pretende refutar durante sua estadia em Cassiciaco, no ano de 386. Depois, serão investigadas as objeções que ele arregimenta para contrapor tal proposta filosófica acadêmica. Num terceiro momento, será refletido se, nessas objeções, ocorre a gênese do *cogito* agostiniano e qual a importância deste argumento para a refutação da postura cética acadêmica.

**Palavras chave:** Objeções. Postura cética acadêmica. Conhecimento. *Cogito*.

**Abstract:** This article aims to reflect on Augustine's objections to the academic skeptical stance advocated by Arcesilau in 268 b. C. and Carneades in 155 b. C. Such philosophers affirmed that the knowledge is forbidden to the man and, therefore, they advocated the suspension of the consent. Thus, first, it will be presented a similar position that Augustine, in the dialogue *Against Academics*, intends to refute during his stay in Cassiciaco, in the year 386. Afterwards, will be investigated the objections that he establishes to oppose such an academic philosophical proposal. In a third moment, it will be reflected if, in these objections, the genesis of the augustinian *cogito* occurs and its importance for the refutation of the academic skeptical posture.

**Key-words:** Objections. Academic skeptical posture. Knowledge. *Cogito*.

### Introdução

O critério de verdade suscitado por Zenão de Cítio<sup>2</sup> - a representação cataléptica<sup>3</sup> - fora o estopim para a postura cética acadêmica advogada por Arcesilau<sup>4</sup> em 268 a. C. e,

---

<sup>1</sup> Mestre em Filosofia pela Universidade Federal do Paraná - UFPR. E-mail: clodoaldoluz@outlook.com

<sup>2</sup> Zenão de Cítio (340 a. C.-264 a. C.) fora o filósofo que fundou a Escola Estoica, a qual privilegiava a filosofia prática (lógica, ética e física) em detrimento da metafísica e da transcendência (Cf. MARCONDES, 2001, p. 91).

<sup>3</sup> Os estoicos como filósofos materialistas tinham criado, através de Zenão seu fundador, um critério de verdade pautado nos sentidos: a representação cataléptica. Tal concepção filosófica pode ser conceituada dessa forma: O termo grego *kataleptik* (fantasia) pode ser transliterado por *kataleptikê*. Tal vocábulo é o adjetivo verbal de *katalambanein*, cuja tradução poderia ser captar ou controlar. Assim, a representação cataléptica seria a impressão que possibilita ao homem captar fidedignamente a realidade, a qual, segundo a teoria estoica, se encontra 'presa' nos objetos (Cf. HANKINSSON Apud INWOOD, 2003, p. 60). Por ser um critério que depreende o conhecimento da esfera intelectual para fixá-lo tão somente no sensível e, conseqüentemente, não levar em consideração a doutrina platônica do mundo das ideias, os acadêmicos,

posteriormente, por Carnéades<sup>5</sup> no ano de 155 a. C. Perante tal tese estoica, os acadêmicos asseveravam que o conhecimento é inalcançável e que, por isso, o homem deveria necessariamente suspender o assentimento.

Semelhante posicionamento epistemológico, conhecido por Agostinho através da leitura da obra ciceroniana *Acadêmica*, trazia consigo os seguintes problemas: Se nenhum saber está ao alcance da humanidade, como o homem poderia realizar a investigação racional acerca de si e do mundo, tendo em vista que a Filosofia tem a prerrogativa de, gradual e consistentemente, possibilitar a compreensão da realidade? Aliás, não seria uma incongruência perseguir o que não se pode almejar: o conhecimento? Ademais, a suspensão total do assentimento não inviabilizaria a ação humana, pois na imperiosidade de agir não seria preciso assentir, ao menos, a alguma coisa para tomar qualquer decisão?

Ciente dessa problemática, advinda pelo posicionamento epistemológico acadêmico, Agostinho, na sua obra *Contra os Acadêmicos*, arregimenta um projeto de refutação da postura cética acadêmica, no qual ele elabora duas objeções a tal parecer filosófico sustentado pela Academia: a descaracterização da postura cética acadêmica como filosofia prática viável e a reivindicação do conhecimento. E ao fazê-lo, Agostinho, possivelmente, funda o argumento denominado de ‘*cogito* agostiniano’.

## **1. Apresentação da postura cética acadêmica**

A postura cética acadêmica, assumida pela Academia na sua contenda contra o Estoicismo, no período em que Arcesilau e Zenão coordenavam essas respectivas escolas filosóficas, tornou-se conhecida por Agostinho por meio da *Acadêmica* de Cícero:

Com Zenão [...] Arcesilau estabeleceu toda sua disputa, não por pertinácia ou intenção de vencer como ao menos me parece, mas pela

---

diante de semelhante critério, assumiram uma postura cética em relação ao conhecimento como forma de proteger sua concepção filosófica platônica (Cf. DUTTON, 2016, p. 25).

<sup>4</sup> Arcesilau (316 a. C.–241 a. C.) foi o filósofo grego que, ao assumir a direção da Academia Platônica em 268 a. C., adotou uma postura cética em relação à possibilidade de o homem contemplar o conhecimento. Com ele tem início a Média Academia e o período cético do platonismo acadêmico (Cf. Op. Cit. MARCONDES, 2001, p. 94).

<sup>5</sup> Carnéades (214 a. C.–129 a. C.) foi o filósofo grego que, ao ocupar a direção da Academia Platônica em 155 a. C., funda a etapa nomeada de Nova Academia. Ele revisitou a postura cética acadêmica, propugnada por Arcesilau, reassumindo-a como diretriz da Academia Platônica (Cf. Loc. Cit. MARCONDES, 2001, p. 94).

obscuridade desses assuntos [...] Arcesilau negava haver algo que se pudesse saber, nem sequer aquilo mesmo que Sócrates se teria mantido – que soubesse que nada sabia; pensava assim estarem profundamente ocultas as coisas todas e não haver algo que se pudesse discernir ou entender; por essas causas nada covinha professar, nem afirmar seja o que for, nem aprovar com o assentimento (CÍCERO, 2012, p. 135).

Com o propósito de contrapor esse posicionamento epistemológico acadêmico, o Hiponense<sup>6</sup>, durante sua estadia em Cassiciaco, no ano de 386, e no seu primeiro diálogo filosófico, *Contra os Acadêmicos*, primeiramente expõe aos seus interlocutores, Licêncio e Trigécio, tal postura cética acadêmica e o porquê da mesma:

Parece que tiraram sua doutrina de que a verdade é inacessível de uma definição do estóico Zenão, segundo a qual só pode ser percebida como verdadeira uma representação que é impressa de tal modo na alma pelo objeto de onde se origina que não pode sê-lo por um objeto donde não se origina. Ou mais breve e claramente: o verdadeiro pode ser reconhecido por certos sinais que o falso não pode ter. Os Acadêmicos empenharam-se com todas as forças em demonstrar que esses sinais não podem encontrar-se jamais. Os desacordos entre os filósofos, as ilusões dos sentidos, os sonhos e os delírios, os sofismas e os sorites, tudo isso foi usado em defesa de sua tese. E como tinham aprendido do mesmo Zenão que não há nada mais desprezível que a opinião, deduziram com muita habilidade que se nada podia ser percebido e opinar era totalmente desprezível, o sábio nunca deveria aprovar nada (AGOSTINHO, 2008, 119-120).

Analisando a expressão de Zenão nestes termos apresentada por Agostinho é mister apontar que a expressão ‘somente pode ser percebida’ tem o alcance de ‘pode ser conhecida’. Todavia a expressão ‘que o verdadeiro possa ser reconhecido por determinados sinais que o falso não possa ter’ traz uma grande dificuldade de compreensão (Cf. MATTHEWS, 2007, p. 31).

Pois para que a verdade seja compreendida é necessário que ela se mostre de tal modo que a falsidade em relação a ela não possa ser demonstrada. Num exemplo ilustrativo, pode uma determinada pessoa afirmar que há em suas mãos uma caneta azul. De fato, a caneta azul se apresenta à pessoa. No entanto, essa constatação não pode conter nada que demonstre a sua falsidade, ou seja, de que a caneta não esteja nas mãos da pessoa ou de que a caneta não seja azul. Assim, na suposição de que a referida pessoa esteja fora de si, devido a embriaguez ou overdose, e não tiver nenhuma caneta em suas mãos; ou a pessoa for daltônica, e não puder ver uma caneta azul e sim cinza; a

---

<sup>6</sup> Esta palavra será usada para designar Agostinho, pelo fato de que devido a sua sagração episcopal como bispo coadjutor em 395, para logo depois ocupar a cátedra de Hipona, atual Annaba, Argélia; sua figura é, geralmente, associada a essa localidade.

afirmação de que a pessoa porta em suas mãos uma caneta azul, perante a tese de Zenão, fica prejudicada e não condizente. O que eleva, destarte, ao extremo a dificuldade de se conhecer.

Perante essa dificuldade os acadêmicos assumindo, aparentemente essa concepção aventada por Zenão, fiaram-se na assertiva de que mediante a incapacidade humana de desvelar a verdade encoberta, o sábio deve suspender o assentimento, a fim de não errar ao opinar. Salvaguardando com essa atitude o seu sábio ofício, conforme expressa Agostinho:

Então pela introdução de um sistema de probabilidade, que também chamavam de verossimilhança, afirmaram que o sábio de modo algum de cumprir seus deveres, pois tem seu princípio de conduta. Mas a verdade, segundo eles permanece oculta ou confusa, seja por causa de certas obscuridades naturais, seja por causa da semelhança enganosa das coisas. E acrescentavam que mesmo a recusa ou a suspensão do assentimento era uma grande atividade do sábio (Op. Cit. AGOSTINHO, 2008, p. 81).

Com o escopo de refutar esse posicionamento epistemológico acadêmico, o Hiponense vai construindo seu projeto de contraposição à postura cética acadêmica, pautado nas seguintes objeções: a descaracterização da postura cética acadêmica como filosofia prática viável e a reivindicação do conhecimento.

## **2. O projeto agostiniano de refutação da postura cética acadêmica**

No seu projeto, Agostinho retoma o questionamento da inação que Crisipo faz aos Acadêmicos, o qual é apresentado por Lúculo na *Acadêmica*: “antes que entremos em ação, é necessário que algo seja visto, e que a isso que tenha sido visto se dê assentimento. Pelo que quem suprime ou a representação ou o assentimento, esse suprime da vida toda ação” (Op. Cit. CÍCERO, 2012, p. 135). Semelhante argumento é contundente, pois, conforme Dutton (Cf. Op. Cit. 2016, p. 34), a tendência geral entre os filósofos helênicos era de subordinar a especulação à prática, tendo em vista alcançar a felicidade, o grande fim humano.

Destarte, para salvaguardar a figura do sábio acadêmico, Carnéades instala a tese da verossimilhança, a qual é uma tentativa, segundo Fraile (Cf. 1965, p. 639), de flexibilizar a rígida postura de Arcesilau: “Assim qualquer coisa que haja surgido de aparência provável, se nada se apresentar que seja contrário a essa probabilidade o sábio

a usará. (Op. Cit. CÍCERO, 2012, p. 325)” Ele “segue muitas coisas prováveis, não apreendidas nem percebidas nem assentidas, mas verossímeis. (Loc. Cit. CÍCERO, 2012, p. 325)”

No *Contra os Acadêmicos*, o Hiponense tece uma conceituação dessa tese acadêmica:

Os acadêmicos chamam provável ou verossímil o que nos pode mover a agir sem assentimento. Quando digo sem assentimento, quero dizer de tal modo que sem ter por verdadeiro o que fazemos e julgando ignorar a verdade, não deixamos de agir. Por exemplo, se na noite passada, com o céu tão desanuviado e puro, alguém nos perguntasse se hoje nasceria um sol tão radioso, creio que poderíamos ter respondido: não sabemos, mas parece que sim. Tal me parece ser, diz o Acadêmico, tudo o que julguei dever chamar provável ou verossímil (Op. Cit. AGOSTINHO, 2008, p. 95).

Com o objetivo de questionar semelhante critério prático acadêmico, Agostinho alude a um exemplo de certo homem que, guiado pela concepção da verossimilhança acadêmica, ao ver o irmão de Licêncio poderia dizer:

De quem é filho este rapaz?  
De certo Romaniano, respondem-lhe.  
Como é parecido com o pai! Exclama o homem. Era bem verdade o que me disseram. Então tu ou algum outro pergunta:  
Então conheces Romaniano?  
Responde o homem:  
Não o conheço, mas parece-me que seu filho é parecido com ele.  
Poderá alguém conter o riso diante disso? Licêncio:  
Certamente que não (Op. Cit. AGOSTINHO, 2008, p. 88).

Esse exemplo do homem que movido, segundo Agostinho, pela provável semelhança do filho em relação ao pai, declara que ambos são bem parecidos, embora não conheça o pai, enceta sua caracterização da postura cética acadêmica como inviável. Pois, “como o sábio aprova ou como pode seguir o verossímil se ignora a verdade? Portanto esses homens conheciam e aprovavam coisas falsas, nas quais observavam louvável semelhança com as coisas verdadeiras” (Op. Cit. AGOSTINHO, 2008, p. 142).

Tendo criticado o critério prático adotado pelos acadêmicos, a saber: a verossimilhança; Agostinho faz uma crítica à tese da suspensão total do assentimento defendida pelos acadêmicos. Para tal, o Hiponense conta a anedota dos dois viajantes.

Eis o caso dos dois viajantes:

Pois acho que não erra somente aquele que segue o caminho errado, mas também aquele que não segue a via verdadeira.

Suponhamos dois viajantes que se dirigem a um mesmo lugar. Um deles decidiu não acreditar em ninguém e o outro é excessivamente crédulo. Chegam a uma bifurcação. O crédulo pergunta a um pastor que ali se encontra ou a um camponês qualquer:

Bom dia, meu caro, senhor, qual é o caminho que leva a tal lugar?

Ele responde:

Vá por este caminho que não errará.

O primeiro diz então ao companheiro:

Ele diz a verdade, vamos por aqui.

O viajante, desconfiado, põe-se a rir, zomba desse assentimento tão apressado e, enquanto o outro parte, permanece plantado na bifurcação (Op. Cit. AGOSTINHO, 2008, p. 135).

Com tal anedota, Agostinho, ao mostrar a inação do viajante, o qual fica inerte por se guiar pelo critério acadêmico da suspensão total do assentimento, visa mostrar que tal regra de ação acadêmica não é viável no cotidiano. Porque, necessariamente, se deve assentir a algo para que se possa agir. Como, também, sem o assentimento não é possível iniciar e proceder qualquer investigação e reflexão.

Pressupondo que a verdade pode estar ao alcance do homem, Agostinho arregimenta a próxima etapa do seu projeto de refutação da postura cética acadêmica; ele buscará reivindicar a possibilidade de se conhecer. Tal intento no projeto agostiniano se faz mister, pois

Agostinho, estando em confrontação como os acadêmicos, poderá obter a vitória nesta questão empreendida contra eles se, pelo menos, conseguir encontrar uma verdade filosófica que é apresentada em conjunto com algum sinal manifestamente não compartilhado com qualquer falsidade (KIRWAN, 1989, p. 28, tradução nossa)<sup>7</sup>.

O Hiponense inicia a reivindicação da possibilidade do conhecimento pelo ponto nevrálgico da discussão entre Acadêmicos e Estoicos, o critério de verdade suscitado por Zenão:

Os Acadêmicos negam que se pode saber algo. Em que vos baseais para dizer isso, homens diligentíssimos e doutíssimos? Na definição de Zenão, respondem. Mas por quê? Se ela é verdadeira, aquele que a conhece sabe alguma coisa, se é falsa, não deveria abalar homens tão fortes. Mas vejamos o que diz Zenão. Segundo ele, só pode compreender e perceber o que é de tal natureza que não tenha características comuns com o falso (Op. Cit. AGOSTINHO, 2008, p. 118).

---

<sup>7</sup> Augustine sees himself in contest with the Academics. He will win the contest if he finds a 'philosophical' truth which, when – at least sometimes when – presented, is presented in conjunction with *some sign manifestly not shared by any falsehood* (KIRWAN, 1989, p. 28, *italico do autor*).

Após usar a definição de Zenão, no seu escopo de reivindicar a possibilidade do conhecimento, Agostinho apresenta verdades no âmbito da tríplice divisão da Filosofia que, a seu ver, estariam isentas das críticas da postura cética acadêmica. Ele principia sua exposição de verdades na esfera da divisão filosófica pela área da física:

Efetivamente tenho por certo que o mundo é uno ou não é uno. Se não é uno, é de número finito ou infinito [...] Sei igualmente que este nosso mundo está assim disposto pela natureza dos corpos ou por alguma providência, e que sempre existiu e sempre existirá, ou que, tendo, começado nunca terminará, ou, não tendo começado, terá um fim, ou que começou a existir e não permanecerá para sempre (Op. Cit. AGOSTINHO, 2008, p. 123).

Depois no âmbito da discussão ética: “Entretanto me é lícito, a mim por mais limitado que seja, saber que o fim do homem, em que consiste a felicidade, ou não existe, ou existe e neste caso na alma, ou no corpo, ou em ambos” (Op. Cit. AGOSTINHO, 2008, p. 128).

Após isso, expõe o rol de conhecimentos filosóficos no campo da dialética que estariam, segundo sua pressuposição, ilesos do desafio da postura cética acadêmica:

Em primeiro lugar, a dialética me ensinou que são verdadeiras todas as proposições acima. Além disso, através dela aprendi muitas outras verdades. Enumerai-as, se fordes capazes: se há quatro elementos no mundo, não são cinco, se há um sol, não há dois, uma mesma alma não pode ao morrer e ser imortal, um homem não pode ser ao mesmo tempo ser feliz e infeliz; aqui não é ao mesmo tempo dia e noite. No mesmo momento ou estamos acordados ou dormindo; o que creio ver ou é um corpo ou não é um corpo (Loc. Cit. AGOSTINHO, 2008, p. 128).

O Hiponense, na sua pressuposição das possíveis verdades filosóficas no âmbito da dialética, usa as regras de inferência lógica do *Modus Ponens* e do silogismo disjuntivo<sup>8</sup>:

Estas e outras coisas, que seria demasiadamente longo lembrar, foi pela dialética que aprendi serem verdadeiras, qualquer que seja o estado de nossos sentidos, verdadeiras em si mesma. Ela me ensinou que, se for admitida a antecedente nas proposições que citei, segue-se necessariamente a consequente. Quanto às que enunciei em forma de oposição ou de disjunção, elas são de tal natureza que, quando se nega

---

<sup>8</sup> O *Modus Ponens* e o silogismo disjuntivo são duas regras de inferência da lógica clássica que de certa forma se coadunam, conforme se verifica no exemplo disponibilizado por Haack: “na lógica clássica, uma vez que ‘ $A \rightarrow B$ ’ é equivalente a ‘ $\neg AVB$ ’, o silogismo disjuntivo (de ‘ $\neg A$ ’ e ‘ $AVB$ ’ inferir ‘ $B$ ’) é equivalente ao *Modus Ponens* (de ‘ $A$ ’ e ‘ $A \rightarrow B$ ’ inferir ‘ $B$ ’)” (HAACK, 2002, p. 265).

uma ou várias delas, a que resta é estabelecida pela negação das outras (Op. Cit. AGOSTINHO, 2008, p. 130).

Tais inferências lógicas são assim apresentadas por Dutton (Cf. Op. Cit. 2016, p. 190): *Modus Ponens*: Se P então Q/p//Q. Eliminação Disjuntiva : Ou P ou Q/ não-P//Q. O Hiponense afirma que com as proposições disjuntivas, o homem pode almejar a verdade. Porque, “estas proposições disjuntivas são verdadeiras e ninguém pode confundi-las com alguma semelhança com o falso” (Op. Cit. AGOSTINHO, 2008, p. 123-124).

É possível inferir que Agostinho, ao reivindicar a possibilidade do conhecimento, deve ter em mente um critério de verdade. Assim, qual seria esse critério de verdade? A pista de uma possível solução a essa questão é disponibilizada pelo Hiponense no seguinte excerto:

Quem pode mostrar-nos a verdade? Explicaste-o tu, Alípio, e preciso esforçar-me muito para não discordar do que dissestes. Com efeito, dissestes de modo não somente conciso, mas também e sobretudo religioso que só uma divindade pode mostrar a verdade ao homem. Ao longo desta nossa discussão não ouvi nada mais agradável, mais profundo e mais provável e, se esta divindade, como espero, nos assiste, nada mais verdadeiro (Op. Cit. AGOSTINHO, 2008, p. 112).

O trecho citado referenda que o critério de verdade para o Hiponense é a “verdade revelada” (Op. Cit. MARCONDES, 2001, p. 110). Em que para Agostinho o conhecimento, conforme assevera Dutton (Cf. Op. Cit., 2016, p. 203), é apreendido através de um ato do puro intelecto. Sendo possível ao homem elevar-se às verdades que lhe são superiores. O trecho abaixo pode corroborar essa reflexão:

Pois o que alegam contra os sentidos não vale contra todos os filósofos. Há os que julgam que todas as impressões que a alma recebe pelos sentidos podem produzir a opinião, mas não a ciência a qual querem que seja contida na inteligência e vive na mente, longe dos sentidos. Talvez entre eles se encontre o sábio que procuramos (AGOSTINHO, 2008, p. 127).

Deste modo, a fonte do conhecimento na ótica agostiniana é o intelecto e não os sentidos. Com efeito, quando o Hiponense cita a possibilidade da existência dos mundos inteligível e sensível, a tese acima adquire um significado ímpar no escopo agostiniano de refutação da postura cética acadêmica:

Platão pensou que há dois mundos, um inteligível no qual habita a própria verdade, e este outro sensível, que se nos manifesta pela vista

e pelo tato. Dizia que conseqüentemente aquele é verdadeiro, este é semelhante àquele e feito à sua imagem, que é o primeiro princípio de verdade, na qual se aperfeiçoa e purifica a alma que se conhece a si mesma, enquanto o outro pode gerar na alma dos insensatos não a ciência, mas a opinião (Op. Cit. AGOSTINHO, 2008, p. 140).

Destarte, Agostinho, ao suscitar a possibilidade da alma conhecer a si gradativamente através do autoconhecimento mediado pela autorreflexão, faz com que o seu pensamento, reflexão e tudo o que ele diz a respeito de si norteado pela expressão da fala ou reflexão do puro pensamento ‘Eu existo’, se torne, imprescindível, pois o *cogito* é a “mais interessante resposta de Agostinho ao desafio do ceticismo acadêmico” (Op. Cit. MATTHEWS, 2007, p. 39).

Assim, o *cogito* seria um argumento eficaz na objeção da reivindicação do conhecimento, propugnada pelo Hiponense na sua contraposição à postura cética acadêmica. Deste modo, tendo em vista que o *cogito* é um argumento contundente de Agostinho na sua resposta ao desafio cético acadêmico e sendo o *Contra os Acadêmicos* a obra na qual ele visa contrapor semelhante posicionamento filosófico, é razoável assentir que nesse livro Agostinho principia o seu *cogito*. Nessa esteira, qual seria o trecho dessa obra que enseja a gênese do *cogito* agostiniano? E quais seriam os elementos que possam confirmar tal fundação?

### **3. A fundação do *cogito* agostiniano no *Contra os Acadêmicos***

O princípio do *cogito* agostiniano está intimamente ligado ao projeto do Hiponense de responder ao desafio cético da postura acadêmica. É em meio a essa tarefa que surge esse argumento. Por isso é patente asseverar que a gênese do *cogito*, como também toda a conversação entre Agostinho e seus amigos, está a cargo de sua oposição à posição epistemológica acadêmica.

Mais especificamente, o *cogito* surge no terceiro livro da obra *Contra os Acadêmicos*, quando Agostinho estabelece sua objeção a um dos pilares da concepção acadêmica: que o conhecimento está vedado ao homem. Assim, a fundação do *cogito* se dá quando Agostinho visa reivindicar a possibilidade do conhecimento. Nessa objeção de Agostinho, o *cogito* se apresenta em dois momentos importantes: primeiro, quando ele indaga sobre a questão de o sábio nada saber, nem mesmo a Sabedoria, conforme indicavam os Acadêmicos; segundo, quando ele assevera a possibilidade do conhecimento do mundo fenomenal e das coisas tais e quais se apresentam à pessoa.

O primeiro momento que o *cogito* aparece no referido diálogo ocorre quando o Hiponense, no início do terceiro livro, arregimenta sua crítica à noção de que o sábio não possui nenhum conhecimento. Preparando esse instante, Agostinho pede a Alípio que teça uma diferenciação entre o sábio e o filósofo:

– Gostaria que me explicasses um pouco qual a diferença que, a teu ver, existe entre o sábio e o filósofo.

Alípio:

– A única diferença entre o sábio e o aspirante à sabedoria é que as coisas que o sábio possui como certo hábito, o aspirante à sabedoria só as tem em desejo (Op. Cit. AGOSTINHO, 2008, p. 102).

Após ter conseguido de Alípio tal declaração, a de que o sábio é aquele que possui a Sabedoria, o Hiponense, conseqüentemente, obtém de Alípio que o sábio deve ao menos conhecer a Sabedoria:

– Achas que o sábio conhece a sabedoria, ou achas que não?

– Se há um sábio como apresenta a razão, respondeu Alípio, posso crer que ele conhece a sabedoria.

– Portanto, respondi, a razão te apresenta um sábio que não ignora a sabedoria. Até aqui respondeste perfeitamente, pois nem poderias ter outra opinião (Op. Cit. AGOSTINHO, 2008, p. 130).

E sendo a Sabedoria o conhecimento que o filósofo tanto deseja, não é provável que ela seja um saber qualquer ou um conhecimento falso. Pois, se assim o fosse, ela não seria tão ardentemente buscada pelo amante da Sabedoria. Deste modo, implicitamente, Agostinho consegue com que Alípio concorde com a tese de que não há conhecimento sobre o falso, em outras palavras, só há conhecimento sobre o verdadeiro. Alípio se vê também comprometido com a ideia de que se o sábio, conforme a Razão, conhece a Sabedoria, a qual não pode ser um saber provável, mas certo e verdadeiro. Isto se deve porque o sábio a obtém pelo que é mais excelso no homem, a Razão.

Depois de ter reafirmado que o sábio é aquele que conhece a Sabedoria e que quem postula que a Verdade não pode ser conhecida pelo homem não pode ser considerado sábio, o Hiponense faz uma consideração através da qual ele principia o seu *cogito*, segundo Gilson (Cf. Op. Cit. 2006, p. 86) e Dutton (Cf. Op. Cit. 2016, p. 231):

Mas como não seria ele abalado, se, de uma parte, não se pode encontrar nada que seja tal [isto é, conforme o que exige Zenão] e, de outra, só se pode conhecer com certeza o que é tal? Se assim fosse, seria melhor dizer que o homem não pode alcançar a sabedoria que dizer que o sábio não sabe porque vive, como vive, nem se vive; enfim, o que ultrapassa tudo o que se pode dizer de absurdo, de

extravagante e de insensato, que se pode ao mesmo tempo ser sábio e ignorar a sabedoria. Pois, o que é mais chocante: dizer que o homem não pode ser sábio ou dizer que o sábio ignora a sabedoria? (Op. Cit. AGOSTINHO, 2008, p. 118).

O Hiponense assevera que é ilógico os Acadêmicos sustentarem a afirmação de que o sábio é aquele que nada sabe. Porque como se poderia chamar de sábio a quem não possui nenhum conhecimento? Não é sensato atribuir a tal pessoa semelhante designação. Pois, obrigatoriamente, o sábio é aquele que sabe alguma coisa. Assim, necessariamente, o sábio, conforme apresenta Agostinho, deve ao menos saber porque vive: o ofício do sábio é conhecer a Sabedoria, ou, no caso dos Acadêmicos, a função do sábio é a busca diligente da Verdade. A ciência de saber como se vive é de domínio do sábio. No caso, o sábio Acadêmico vive suspendendo o assentimento, não opina. Logo, ao menos sabe como vive. Ora, se o sábio Acadêmico sabe porque vive e como vive, logo ele sabe que existe. Porque é próprio de quem sabe sua função e de como a executa, estar ciente que vive. Assim, o sábio sabe e entende essas coisas, pois se não o soubesse não poderia ser sábio.

Com o exposto acima, alguma Verdade é possível ser verificada: o sábio conhece a sua função, não importando se é Acadêmico ou não. Ele é ciente de como vive, mesmo que seja Acadêmico. Logo, o sábio vive e entende tudo isso. Mesmo que o Acadêmico coloque algum senão acerca desses conhecimentos, ele somente poderá fazê-lo porque vive. Pois se não vivesse não poderia tecer nenhum questionamento a esses conhecimentos.

Conforme se verificou, o *cogito* agostiniano é um argumento contundente contra a postura cética acadêmica. Pois necessariamente o sábio é ciente de sua existência e tudo o que isso implica. Como, também, Arcesilau e Carnéades, segundo a reflexão anterior, possivelmente não poderiam colocar em xeque todo o conhecimento. Pois para tanto é fundamental que eles existam, vivam e compreendam. Quanto a esses conhecimentos, os dois não poderiam impor qualquer barreira.

Após ter principiado o seu *cogito* no questionamento de que o sábio deve estar ciente, ao menos, da sua existência, Agostinho utiliza novamente o seu *cogito*, agora para inferir os conhecimentos do mundo fenomenal<sup>9</sup> e das coisas tais e quais se apresentam à pessoa.

---

<sup>9</sup> É a teoria filosófica do próprio mundo que se ‘apresenta’ à pessoa na condição de objeto consciente (Cf. ABBAGNANO, 2007, p. 510-511).

O Hiponense, para inferir a possibilidade do conhecimento do mundo, radicaliza a postura cética acadêmica ao propor a questão mais desafiante de todo o diálogo: “Se os sentidos enganam, diz o Acadêmico, como sabes que este mundo existe?” (Op. Cit. AGOSTINHO, 2008, p. 124).

A solução que o próprio Agostinho concede a essa questão é designada por Matthews (Cf. Op. Cit. MATTHEWS, 2007, p. 36) de mundo fenomenal. Eis a resposta do Hiponense:

Eu, porém, chamo mundo a tudo isso, o que quer que seja, que nos contém e sustenta, a tudo isso, digo, que aparece aos meus olhos e é por mim percebido como comportando terra e céu, ou o que parece terra e céu. Se disseres que o que me aparece não é nada, nunca poderei errar. Pois erra quem temerariamente aprova o que lhe parece. Dizeis, efetivamente, que o falso pode parecer aos sentidos como verdadeiro, mas não negais o fato de parecer (Loc. Cit. AGOSTINHO, 2008, p. 124).

A resposta de Agostinho à questão por ele mesmo suscitada se apresenta razoável. Ele não assevera o que é em si o mundo, mas o que esse lhe parece. Mesmo que sua percepção sobre o mundo não corresponda com a realidade, não é possível questionar que algo lhe parece ser o mundo.

Mais adiante, Agostinho, ainda discorrendo acerca do mundo ser o que lhe parece, afirma que a percepção de algo que se lhe apresenta vem significar que esse existe. Assim, o Hiponense corrobora a existência do mundo:

Perguntarás: também quando dormes o mundo é este que vês? Já disse que chamo mundo o que me aparece, seja o que for. Mas, se quiseres chamar mundo só o que é visto pelos que estão acordados ou pelos são de espírito, afirma, se podes, que os que dormem ou deliram não dormem ou deliram no mundo! Portanto, digo que toda essa massa de corpos e esta máquina na qual nos encontramos, seja dormindo ou delirando, despertos ou são de espírito é una ou não é una. Explica como pode ser falsa esta proposição (Op. Cit. AGOSTINHO, 2008, p. 125).

Segundo proposto por Agostinho, seria muito difícil aos Acadêmicos negar e refutar a questão de que o mundo existe e de que ele ou é um ou não é tal. Isto se dá pelo fato de que a percepção que se tem daquilo que mantém e sustenta a pessoa, no caso o mundo, atesta que esse algo que é percebido de fato existe. Pois, os que estão vigilantes, repousam ou deliram, o fazem no mundo. Tal verificação confirma a existência do mundo e da pessoa. Isso não poderia ser posto em xeque pelos Acadêmicos. Ademais, isto reforça a certeza de que se existe, vive e compreende. Pois

se lhe faltasse uma dessas categorias não se poderia dormir, delirar e nem conceituar o mundo como aquilo que lhe aparece. Isso transparece que o conhecimento do mundo fenomenal atesta a existência pessoal, porque somente é capaz de perceber algo como sendo o mundo quem existe e, conseqüentemente, quem vive, percebe algo como mundo e tem a certeza de que percebe. Logo, a existência pessoal também é uma certeza que se evidencia no conhecimento do mundo fenomenal. Deste modo, o *cogito* nesse possível conhecimento apresenta a evidência da existência do sujeito pensante.

Posteriormente, nessa mesma obra, Agostinho apresenta o conhecimento das coisas tais e quais se apresentam à pessoa:

Não dê um assentimento que vá além do que dita a tua persuasão de quem assim aparece, e assim não haverá engano. Pois não vejo como o Acadêmico pode refutar alguém que diz: sei que isso me parece branco, sei que isso deleita meus ouvidos, sei que este odor me agrada, sei que aquilo tem gosto doce, sei que aquilo é frio para mim. Mas, dize-me antes se são amargas em si mesmas as folhas do oleastro que são tão agradáveis à cabra! (Op. Cit. AGOSTINHO, 2008, p. 126).

O conhecimento das coisas tais e quais se apresentam à pessoa é consistente ao propósito agostiniano de reivindicar a possibilidade do conhecimento. Pois, o Hiponense, ao afirmar que tal coisa lhe parece branca ou fria, não está advogando em si que tais coisas assim o são, ele está supondo que algo lhe parece, ou seja, está se conscientizando de que está percebendo algo. Novamente, seria difícil imaginar de que forma um Acadêmico poderia contrapor essa afirmação: a da percepção pessoal.

Nessa perspectiva, a percepção que se tem pode até não ser totalmente digna de crédito, caso se queira dela que mostre fidedignamente a realidade. Contudo, as características subjetivas, ou seja, o fato de que está pressentido algo, isto sim é passível de ser verdadeiro. Por exemplo: é possível que o que se perceba frio seja na verdade quente, o que se veja é ilusão, que se esteja delirando ao pensar que ouviu um barulho quando na verdade tudo está em silêncio. Todavia, é fato que se esteja percebendo algo e que a certeza de que se sente que perceba alguma coisa realmente é verdadeira. Semelhante afirmação é apreensível, pois a pessoa, necessariamente, assente que está percebendo algo, mesmo que a percepção não corresponda com a realidade. A isto se deve necessariamente conceder o assentimento.

Semelhante apontamento é importante, porque os questionamentos dos Acadêmicos, na sua postura cética, se voltam contra os sentidos como fonte do

conhecimento. E semelhante conhecimento não provém dos sentidos e sim da introspecção, conforme Dutton assevera:

A classe de verdades das coisas tais e quais se apresentam à pessoa são apreendidas por um meio de cognição que é distinta da sensação e que não é impugnado pelas considerações que rechaçam a sensação como um meio de apreensão. Tal meio é a introspecção, a qual ocorre quando a mente volta sua atenção sobre si em um exame de sua própria existência, poder, atividades, e conteúdos, os quais são imediatamente presentes a ela (Op. Cit., 2016, p. 210, tradução nossa)<sup>10</sup>.

Assim, tais conhecimentos não poderiam, segundo o parecer de Agostinho, ser abalados pelo desafio cético da postura acadêmica. Do mesmo modo, o Acadêmico não poderia negar a sua própria existência, pois se o fizesse é porque existe, vive e compreende. Deste modo, obrigatoriamente, a pessoa sabe que existe, vive e compreende. E a isto necessariamente se deve conceder o assentimento.

Nesse ponto, o *cogito* responderia satisfatoriamente às questões impostas pela postura cética acadêmica, pois os Acadêmicos, segundo o Hiponense, na condição de inimigos de um conhecimento proveniente dos sentidos, mas defensores da Verdade obtida pela pura intelecção, não poderiam interpor nenhuma objeção às certezas da existência e da percepção inscritas no *cogito*.

Assim sendo, certamente os Acadêmicos não vetariam a acessibilidade do conhecimento através do *cogito*, pelo fato de esse não ser proveniente um conhecimento proveniente dos sentidos e sim da pura intelecção e introspecção. Nesse sentido, o *cogito* é um arrazoado consistente para a contraposição agostiniana da postura cética acadêmica.

### **Considerações Finais**

O intento de Agostinho de contrapor o posicionamento epistemológico acadêmico no *Contra os Acadêmicos*, norteador por suas objeções de caracterizar a postura cética acadêmica como filosofia prática inviável no hodierno e de reivindicar a

---

<sup>10</sup> Is a class of truths that are apprehended by means of a mode of cognition that is distinct from sensation and that is not unpugned by considerations that impugn sensation as a means of apprehension. This is introspection, which occurs when the mind turns its attention back on itself in an examination of its own existence, powers, activies, and contents, all which are immediately presente to it (Loc. Cit. DUTTON, 2016, p. 210).

possibilidade do conhecimento, deságua no surgimento do *cogito* agostiniano. O *cogito* sendo o conhecimento em primeira pessoa e, conseqüentemente, advindo por intermédio da introspecção e não dos sentidos, configura num argumento consistente nas objeções de Agostinho à postura cética acadêmica, a qual assevera a impossibilidade do conhecimento ao homem e a plena suspensão do assentimento.

Pode-se inferir que, mediante esse possível conhecimento em primeira pessoa, o homem pode apreender, no mínimo, que existe, vive e entende. Perante tais ilações deve conceder o seu assentimento. Destarte, o *cogito*, como resposta ao desafio cético acadêmico, já se faz presente no *Contra os Acadêmicos*. Consistindo semelhante arrazoado como um poderoso argumento de Agostinho contra a postura cética acadêmica.

## Referências

- ABBAGNANO, N. *Dicionário de Filosofia*. Trad: Alfredo Bosi e Ivone Castilho Benedetti. 5ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 2007.
- AGOSTINHO. *Contra acadêmicos*. In: AGOSTINHO. *Contra acadêmicos; A ordem; A grandeza da alma; O mestre*. Trad: Agostinho Belmonte. São Paulo: Paulus, 2008.
- CÍCERO, M. T. *Acadêmicas*. Trad: José Rodrigues Seabra Filho. Belo Horizonte: Nova Acrópole, 2012.
- DUTTON, B. D. *Augustine and Academic Skepticism: A Philosophical Study*. New York: Cornell University Press, 2016.
- FRAILE, G. *Historia de La Filosofía I Grecia Y Roma*. 2ª ed. Madrid: Biblioteca de Autores Cristianos, 1965.
- GILSON, E. *Introdução ao estudo de Santo Agostinho*. Trad: Cristiane Negreiros Abbud Ayoub. São Paulo: Discurso Editorial/Paulus, 2006.
- HAACK, S. *Filosofia das lógicas*. Trad: Cezar Augusto Mortari e Luiz Henrique de Araújo Dutra. – São Paulo: Editora UNESP, 2002.
- HANKINSON, R. J. *Stoic Epistemology*. In: INWOOD, Brad (org.). *The Cambridge Companion to The Stoics*. Cambridge: Cambridge University Press, 2003.
- KIRWAN, C. *Augustine: The argument philosophers*. London and New York: Routledge, 1989.
- MARCONDES, D. *Iniciação à história da filosofia: dos pré-socráticos a Wittgenstein*. 6ª ed, Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.
- MATTHEWS, G. B. *Santo Agostinho: A vida e as ideias de um filósofo adiante de seu tempo*. Trad: Álvaro Cabral: Rio de Janeiro: Zahar, 2007.

*Recebido em: 27/04/2020*  
*Aprovado em: 06/05/2020*